



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E INFRAESTRUTURA

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

**ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE
AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA**

1 Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, realizou-se a 36ª Reunião Extraordinária da
2 Câmara Técnica Permanente de Agropecuária e Agroindústria, do Conselho Estadual de Meio Ambiente, com
3 início às 14h, e com a presença dos seguintes membros: Sra. Liana Barbizan, representante do Corpo Técnico
4 SEMA; Sra. Marion Heinrich, representante da FAMURS; Sr. Domingos Lopes, representante da FARSUL; Sr.
5 Cristiano Prass, representante da FEPAM; Sr. Tiago Pereira, representante da FIERGS; Sr. 1º Tem. Itamar
6 Gonçalves, representante da Secretaria de Segurança Pública; Sra. Taiana Ramidoff, representante da SEMA,
7 Sr. Eduardo Stumpf, representante da SERGS. Participaram também os seguintes representantes: Paula
8 Hofmeister, representante da FARSUL; Marcio Bernardi e representante da FIERGS. Após a verificação de
9 quórum foi dado início a reunião às 14h14m. **Passou-se para o 1º item de pauta: Zoneamento Ambiental da**
10 **Silvicultura do RS – ZAS;** Domingos Lopes/FARSUL – Presidente passa a palavra para Tiago Pereira para
11 que possa ser debatido os termos de conectividade e permeabilidade. Tiago Pereira/FIERGS afirma que teve
12 dificuldades para estabelecer um convencimento do Setor Produtivo de estagnar parte importante do ZAS, a
13 proposta é que se fosse mantida a estrutura do ZAS de 2009, chegou-se ao entendimento de que para que
14 possa ser avançado na proposta, será necessário que seja feita alguma composição, a intenção do Setor
15 Produtivo não é de que se há qualquer disputa em relação a uma proposta melhor, pontos importantes e fatos
16 novos que foram levados à discussão e que o Setor Produtivo ficou tranquilizado em relação ao que a FEPAM
17 propõe de manter o status provisoriamente de 2009, com a SEMA incentivando a criação de um GT para que
18 possa ser melhor debatido o Setor Produtivo teve uma visão positiva e entendeu que é importante que seja
19 dada continuidade na discussão, o setor propõe a manutenção do ZAS, garantia da criação do GT e uma
20 composição de prazo de quatro meses trazida pelo Setor Produtivo. Marion Heinrich/FAMURS questiona se
21 seria um prazo de quatro meses para concluir a discussão do aspecto do meio biótico. Tiago Pereira/FIERGS
22 confirma que se trata disso. Cristiano Prass/FEPAM questiona se os quatro meses seria para ter aprovação
23 total da CTP e do COSEMA ou se trata do período de ser pensado como irá ser estudada novamente a
24 permeabilidade e conectividade, tamanho e distanciamento de maciços, questiona por motivo de que em
25 algumas conversas com a Secretaria foi entendido que seria feita a formação de um GT para pensar TR para
26 estudar, enquanto FEPAM não é possível que seja feito o estudo em somente quatro meses. Domingos
27 Lopes/FARSUL - Presidente menciona o Cristiano Prass e afirma ter estado na reunião que foi citada e foi
28 adquirido o entendimento de que seria disposto o TR para o novo ZAS a nível global, o entendimento quanto à
29 conectividade e permeabilidade seria a avaliação da proposição do que está na consultoria, não um novo
30 estudo a respeito da flora, conectividade e permeabilidade, tamanho e distanciamento de maciços, foi
31 entendido que seriam dois trabalhos, o GT Permanente que seria um trabalho em longo prazo e o estudo
32 específico da conectividade proposto pela consultoria, mesmo sendo para informar que não estão de acordo,
33 não irá ter evolução ou não esta adequado. Cristiano Prass/FEPAM afirma que era possuído o entendimento
34 de que um TR para estudar e avaliar tudo, na reunião que o Diogo compareceu foi deixado em aberto que em
35 uma nova revisão não se use mais os parâmetros utilizados para o balanço hídrico, que são as vazões médias
36 de verão, o DRH atualmente trabalha com outros parâmetros que foi deixado em aberto, para uma nova revisão
37 global o balanço hídrico deve ser revisto, em termos de conectividade e permeabilidade, utilizar esta ferramenta
38 ou continuar tendo regramento para tamanho e distanciamento de maciços, havia um entendimento enquanto
39 FEPAM que seria avaliado no GT e seria proposto um TR para se debater isto e possivelmente não precisaria
40 de tempo para a execução do TR. Domingos Lopes/FARSUL – Presidente afirma que como presidente da CTP
41 não sente conforto em não ter prazo para o GT, questiona qual seria a sugestão de prazo para que possa ser
42 buscada a solução. Cristiano Prass/FEPAM não se entende se é tratado da questão de definir prazos ou da
43 FEPAM ter entendimento de qual seria a proposta anterior, a FEPAM nos dias atuais não esta de acordo com a
44 permeabilidade, questiona de como seria possível que em quatro meses será possível realizar o estudo e ser
45 entendido que pode ser eliminado totalmente o tamanho e distanciamento de maciços. Domingos

46 Lopes/FARSUL afirma que se fala em quatro meses, mas leia-se seis meses por não haver como ser tratado
47 em dois ou três meses. Cristiano Prass/FEPAM afirma ser possível que quando for internalizado o pedido os
48 especialistas afirmarem ser necessário um estudo a campo. Domingos Lopes/FARSUL – Presidente afirma que
49 o GT seria no âmbito da SEMA, sugere que para evitar a discussão de flora, fauna e conectividade que fosse
50 discutido na CTP de Biodiversidade, para evitar conflito de debate entre as CTP de Biodiversidade e CTP de
51 Agropecuária e Agroindústria, afirma que estando na SEMA e tendo o GT e um prazo razoável é de que seja
52 construída a unanimidade entre os representantes, entende-se que o prazo tem que ser estipulado mesmo que
53 seja para pedir mais prazo. Tiago Pereira/PIERGS afirma que o Setor Produtivo tem uma expectativa em
54 relação a atualização do ZAS, o Setor Produtivo quer que seja dada continuidade com os estudos, por conta de
55 que já foi parado e retomado o trabalho diversas vezes, seria ideal a composição de um GT e que seja dada
56 continuidade, o Setor Produtivo quer as garantias pela expectativa, afirma que deve se estabelecer um ciclo de
57 prazo por segurança para que possa ser avançado no CONSEMA. Domingos Lopes/FARSUL – Presidente
58 afirma que o GT seria na busca das intersecções, a FEPAM votou contra o modelo que estava na consultoria
59 possui-se convicção que há itens assim como na questão hidrológica, onde a FEPAM e o Setor Produtivo tem
60 pensamentos comuns, afirma que o GT deve ter prazo final. Marion Heinrich/FAMURS afirma ter ficado claro
61 que o Setor Produtivo deixou de seguir com o estudo e com sua proposta para chegar em um consenso, afirma
62 ser pertinente que a FEPAM também passe a compor e concordar com o estabelecimento de um prazo.
63 Cristiano Prass/FEPAM afirma que não irá dar consenso, por não ser o representante na CTP de
64 Biodiversidade, dentro da FEPAM há profissionais mais capacitados, teria que ser discutido com o Chefe do
65 departamento para que possa se compor um prazo, questiona se o Setor Produtivo vai se dar satisfeito se a
66 proposta não evoluir em conectividade. Tiago Pereira/PIERGS afirma que pensando na hipótese que o Setor
67 Produtivo esteja firme com a decisão de conectividade e permeabilidade e não estar aberto a discussões,
68 questiona por que o GT seria prorrogado por 4, 6 meses ou 1 ano se pode ser votado no momento atual, afirma
69 que o Setor Produtivo não tem uma proposta fechada de manter a convicção de que a composição por outro
70 caminho vá se dar por meio desta ferramenta, a manutenção de manter o ZAS de 2009 era de entender melhor
71 e dissimular, simular e ver quais desdobramentos irão acontecer, mesmo que em um ano não houve
72 maturidade e tempo para entendimento do estudo, não é visto o Setor Produtivo com uma já definida para
73 daqui 4 meses. Taiana Ramidoff/SEMA realiza entendimento que estão sendo discutidos dois GT'S, sendo eles
74 um GT Permanente para atualização do ZAS e outro GT para se aprofundar especificamente em tamanho e
75 distanciamento de maciços, conectividade e permeabilidade, sugere que se tenha um prazo no GT, mas que
76 este prazo não necessariamente tenha que ser estipulado no momento. Eduardo Stumpf/SERGS afirma que a
77 SERGS não se denomina como Setor Produtivo nem no Setor Fiscalizatório, foi entendido que se criaria um GT
78 para que seja feita a discussão o que já esta posta. Liana Barbizan/Corpo Técnico Sema sugere que o
79 detalhamento do escopo e prazo sejam estabelecidos em um segundo momento. Domingos Lopes/FARSUL –
80 Presidente sugere a criação de dois GT'S um para o novo TR no âmbito da SEMA e o outro GT no âmbito da
81 CTP de Biodiversidade para tratar a questão de conectividade e permeabilidade, tamanho e distanciamento de
82 maciços relembra que se o prazo definido for de 6 meses serão 9 meses debatendo por conta de que o ZAS
83 não sai antes de 3 meses. Cristiano Prass/FEPAM afirma não ter ficado confortável com os 4 meses, pensando
84 na possibilidade de 2 ou 3 meses para a estruturação do GT, e um prazo de mais de 6 meses para discussões,
85 é possível. Tiago Pereira/PIERGS afirma que em 6 meses poderia ser trazido uma concordância em levar ao
86 Setor Produtivo, é essencial o exercício que irá ser realizado na CTP de Biodiversidade para o desdobramento
87 do GT no quesito de Termo de Referencia para novos estudos, mais dois meses poderia ser buscado o
88 consenso com o Setor Produtivo, mas é essencial a definição de um prazo. Domingo Lopes/FARSUL afirma
89 que como encaminhamento é um Parecer Unanime da CTP Agropecuária e Agroindústria mantendo o trabalho
90 da consultoria, ressalvado quanto à questão hidrológica do parecer do DRH solicitando a manutenção nas
91 quatro Bacias Hidrográficas citadas que são Caí, Sinos, Gravataí e Santa Maria manutenção dos dados e
92 retirando a questão de conectividade e permeabilidade, tamanho e distanciamento de maciços que esta na
93 Consultoria Publica, para ser levado ao CONSEMA e solicitando a Criação de dois GT'S um no âmbito da
94 SEMA para o Termo de Referencia do novo ZAS e outro GT no âmbito da CTP de Biodiversidade para tratar
95 sobre a conectividade e permeabilidade, tamanho e distanciamento de maciços com prazo de conclusão de 6
96 meses a partir da homologação do ZAS 2023. Foi realizada a construção do Termo de referencia. Sr.
97 Presidente coloca em votação o Termo de Referencia. **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Manifestaram-se
98 com duvidas e esclarecimentos os seguintes representantes: Eduardo Stumpf/SERGS, Marcio
99 Bernardi/PIERGS, Cristiano Prass/FEPAM, Marion Heinrich/FAMURS, Tiago Pereira/PIERGS. Não havendo
100 mais nada a ser tratado encerrou-se a reunião as 16h25m.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E INFRAESTRUTURA

Of. CTPAGROIND/CONSEMA nº 010/2023

Porto Alegre, 29 de junho de 2023.

Exmo. Sr.

MARCELO CAMARDELLI

Secretário de Estado Adjunto do Meio Ambiente e Infraestrutura

Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Senhor Presidente:

Ao cumprimentá-lo cordialmente, em atenção ao deliberado na Reunião Ordinária 259ª do CONSEMA, a Câmara Técnica Permanente de Agropecuária e Agroindústria vem através deste entregar sua devolutiva no que tange as questões do Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS).

Os trabalhos dessa CTP iniciariam com a avaliação das contribuições recebidas através da Consulta Pública, que totalizaram 215 considerações, sendo 173 com posicionamento favorável à atualização, 16 posicionamentos contrários e 26 com posicionamento indefinido.

Após a avaliação inicial esta CTP deu início as discussões técnicas sobre os pontos levantados, partindo, inicialmente, pelas questões de Balanço Hídrico. O Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento (DRHS) da SEMA apresentou o Parecer Técnico nº 08/2023/DIMETEC/DRHS/SEMA, o qual conclui que *“quanto aos aspectos hidrológicos, não haveria comprometimento na gestão dos recursos hídricos (demanda x disponibilidade) ao adotar os parâmetros propostos no ZAS 2021 quanto ao “Limite ocupação” e “Redutor Ocupação” COM EXCEÇÃO para as bacias consideradas com comprometimento no Relatório Anual de Recursos Hídricos de 2022, a saber: Gravataí, Sinos, Cai e Santa Maria, sendo que nestes casos deverá ser utilizado, por princípio de precaução, a Tabela 13 do ZAS 2010”*. Sendo ratificado pelo Ofício GAB/SEMA Nº 0686/2023 e mantida a atualização dos dados conforme proposta apresentada no estudo ZAS 2021.

Desta forma, a proposta apresentada pela SEMA/DRHS foi encaminhada para votação e APROVADA POR UNANIMIDADE durante a 117ª Reunião Ordinária da CTP Agropecuária e Agroindústria.

No que tange as questões dos maciços/distancias e os parâmetros de conectividade /permeabilidade, esta CTP entendeu a necessidade de realização de estudos específicos e aprofundados sobre o tema. Sugerimos, após discussões, a manutenção provisória dos parâmetros estabelecidos no ZAS 2009 e a criação de 2 Grupos de Trabalhos, coordenados pela SEMA: o primeiro, no âmbito da Câmara



Técnica Permanente da Biodiversidade, com prazo definido de 6 meses a contar da data de homologação do novo ZAS, o segundo GT, em caráter permanente, para discussão do Termo de Referência para as novas atualizações do Zoneamento Ambiental da Silvicultura.

Destarte, a proposta apresentada foi colocada em votação e APROVADA POR UNANIMIDADE durante a 36ª Reunião Extraordinária da CTP de Agropecuária e Agroindústria, realizada no dia 29/06/2023.

Por fim, a **Câmara Técnica Permanente de Agropecuária e Agroindústria é favorável à aprovação da atualização e revisão do Zoneamento Ambiental da Silvicultura**, desde que:

1) sejam consideradas as manifestações do PARECER Nº 08/2023/DIMETEC/DRHS/SEMA quanto aos índices utilizados para estabelecer o limite de ocupação das bacias hidrográficas pela silvicultura para as bacias consideradas com comprometimento no Relatório Anual de Recursos Hídricos de 2022, a saber: Gravataí, Sinos, Caí e Santa Maria, devendo ser utilizado, por princípio de precaução, a Tabela 13 do ZAS 2009;

2) se exclua, por hora, o estudo de permeabilidade da paisagem e da conectividade da proposta de atualização, mantendo os critérios vigentes (ZAS 2009) sobre tamanho máximo e distanciamento mínimo entre maciços;

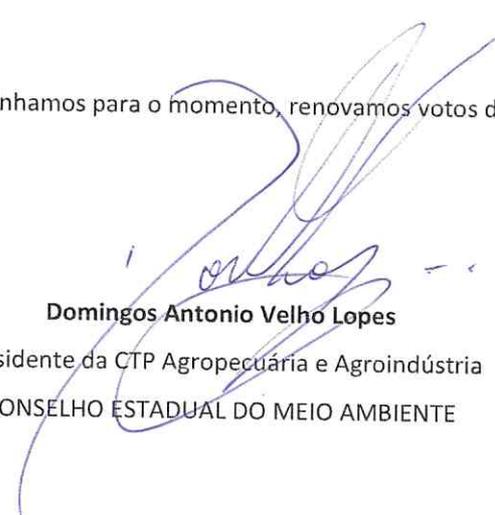
3) criação de Grupo de Trabalho, coordenado pela SEMA, no âmbito da Câmara Técnica Permanente da Biodiversidade, com prazo definido de 6 meses a contar da data de homologação da atualização do ZAS, para tratar das questões dos maciços/distâncias e os parâmetros de conectividade/permeabilidade;

4) criação de Grupo de Trabalho Permanente, no âmbito da SEMA, para discussão do Termo de Referência para as novas atualizações do Zoneamento Ambiental da Silvicultura.

Dito isso, a Câmara Técnica Permanente de Agropecuária e Agroindústria entende que a pauta está superada dentro desta Câmara e esta proposta deve ser encaminhada para deliberação da plenária no CONSEMA.

Sendo o que tínhamos para o momento, renovamos votos de estima e apreço.

Cordialmente,



Domingos Antonio Velho Lopes

Presidente da CTP Agropecuária e Agroindústria
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE